

Defesa Social para o Estado



Cláudio Beato

Uma abordagem sistêmica para a Defesa Social, com ênfase nos aspectos preventivos da violência, é o que está sendo proposto à sociedade capixaba para os próximos anos.

A ação integrada entre as polícias Civil e Militar, conjuntamente com o Ministério Público e em consonância com o Poder Judiciário, se dará através da organização de uma base integrada e compartilhada de informações entre as diversas agências que compõem o sistema.

O Sistema Integrado de Informações de Defesa Social será o projeto âncora, ampliando substancialmente as experiências de integração já existentes, passando a se constituir no centro gravitacional do sistema, possibilitando uma base operacional e de informações em comum para o planejamento entre as diversas agências e organizações de defesa social.

O Sistema Integrado de Operações permitirá acionar os diversos órgãos envolvidos em algum incidente de forma simultânea.

Diversos projetos deverão gravitar em torno do Sistema Integrado, de forma a conferir um caráter processual, dinâmico e efetivo ao sistema.

Não basta apenas dispor de uma infra-estrutura material de defesa social na forma de computadores, equipamentos, tecnologia e softwares se isto não se traduzir em ações articuladas e eficientes.

Isto acarretará a necessidade de termos policiais preparados e qualificados para lidar com uma nova mentalidade em segurança pública, que sejam hábeis no manejo de dados e manipulação de ferramentas de avaliação.

A Academia Integrada de Segurança Pública enfatizará a formação em estratégias de "solução de problemas", bem como no policiamento comunitário.

A Polícia Técnica e Científica deverá ser privilegiada, utilizando-se das mais modernas técnicas para a produção de evidências, constituindo-se assim na base da investigação policial.

Os projetos de prevenção da violência não se confundem com projetos sociais mais amplos e universais já delineados em outros setores.

A criação de Núcleos de Referência para o desenvolvimento de ações sócio-educativas e profissionalizantes, feito em parceria com os poderes municipal e federal, focalizará ações nos locais e populações em risco de envolvimento com a violência.

Para se obter ações eficazes em relação ao crime, é necessário desenvolver estratégias e ações específicas para cada local. Assim, os centros comerciais merecerão o desenvolvimento de planos de redução de oportunidades, da mesma forma que 13 núcleos em bairros com elevadas taxas de homicídio deverão ser criados até 2008.

Além disso, nenhuma parcela da população merecerá maior atenção do que os jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade,

pois estes são as maiores vítimas e agentes da violência.

A base para o planejamento e obtenção de resultados é a análise e reflexão cuidadosas acerca do fenômeno da violência, tal como ela se manifesta no contexto do Espírito

Santo e em suas grandes cidades.

A criação de um Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública, feita em parceria com a universidade, permitirá, já a partir de 2007, desenvolver novas ferramentas para uma compreensão mais acurada através dos dados e estatísticas oficiais, bem como de pesquisas de vitimização junto à população, além do acompanhamento e avaliação das políticas públicas de defesa social.

O somatório destas atividades permitirá a redução na taxa de homicídios dos atuais patamares de 50,6 para cada grupo de 100 mil habitantes para 12 em 2015 e para seis em 2025.

Mas seria realmente possível lograr esta proeza? Sim. Isto já foi feito em situações muito mais delicadas, como no caso de Bogotá, ao longo dos últimos 15 anos, e de forma igualmente notável em Diadema, que já deteve o triste título de cidade mais violenta do Brasil.

Naturalmente, nada ocorrerá da noite para o dia.

"... é necessário desenvolver estratégias e ações específicas para cada local"